

INCLUSÃO ESCOLAR: UM DESAFIO EDUCACIONAL

Claudiana Carvalho da Costa¹; Francineide Neris Rebelo²; Airton dos Santos Souza³; ÉriSSa Regina Silva de Souza⁴; Fabrício Freitas dos Santos⁵

Faculdade Integrada do Brasil - FAIBRA, claudiaacostaa@hotmail.com;

Faculdade Piauiense – FAP, francy-neris@hotmail.com;

Universidade Federal do Piauí – UFPI, Ayrton.gowdhem@hotmail.com;

Universidade Estadual do Piauí – UESPI, erissa_reginma@hotmail.com;

Universidade Estadual do Piauí – UESPI, fabryson@gmail.com

Resumo: Esse estudo tem a finalidade de refletir sobre a problemática da inclusão escolar o que representa no momento um dos maiores desafios na área da educação, uma vez que as escolas têm a responsabilidade de receber e acolher pessoas com deficiência e disponibilizar de materiais adequados, espaço, profissionais e tudo mais que é exigido para ser considerada uma escola inclusiva. O estudo aborda ainda algumas dificuldades enfrentadas pelos professores ao receberem em suas salas alunos excepcionais e com diferentes tipos e níveis de deficiências, sabendo que na maioria dos casos os professores não estão preparados nem possuem qualificação na área de educação especial. O objetivo é entender a complexidade do processo de inclusão, seus desafios e obstáculos encontrados pelos profissionais da educação.

Palavras-chave: Educação especial, Inclusão escolar, Desafios.

INTRODUÇÃO

Esse artigo foi elaborado com base em bibliografias referente ao tema inclusão escolar e tem a finalidade de discutir o processo de inclusão de alunos especiais na escola de ensino regular. Sabendo da problemática que é inserir esses alunos com deficiência e especialidades tão diferentes e diversificadas e muitas vezes complexas e que buscamos pesquisar o processo de inclusão escolar uma vez que perante a lei se torna obrigatório.

Para Maria Teresa Eglér Mantoan, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.

A inclusão escolar é um tema que há muito tempo vem sendo debatido e discutido na sociedade em geral, muito tem se falado, mas pouco tem sido feito para que essa inclusão tão debatida realmente aconteça nas escolas e também

na sociedade. Não adianta o governo criar leis e as mesmas não serem seguidas à risca, não adianta a verba ser repassada para a escola e não ser aplicada onde deveria, não adianta a escola receber esses alunos especiais e não ter condição nem material adequado para atendê-lo e nem ter pessoas capacitadas na área de educação especial no seu quadro de funcionários.

Para Daniela Alonso (2012)

O esforço pela inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais no Brasil é a resposta para uma situação que perpetuava a segregação dessas pessoas e cerceava o seu pleno desenvolvimento. Até o início do século 21, o sistema educacional brasileiro abrigava dois tipos de serviços: a escola regular e a **escola especial** - ou o aluno frequentava uma, ou a outra. Na última década, nosso sistema escolar modificou-se com a proposta inclusiva e um único tipo de escola foi adotado: a regular, que acolhe todos os alunos, apresenta meios e recursos adequados e oferece apoio àqueles que encontram barreiras para a aprendizagem.

A palavra inclusão (1999) vem do latim, do verbo *includere* e significa “colocar algo ou alguém dentro de outro espaço”, “entrar num lugar até então fechado”. É a junção do prefixo *in* (dentro) com o verbo *cludo* (cludere), que significa “encerrar, fechar, clausurar”. O termo, cada vez mais, é aplicado não apenas para questões das pessoas com deficiência, como também para construir discursos de acessibilidade a quaisquer indivíduos que estão excluídos de determinados espaços e situações, fala-se, por exemplo, em inclusão digital, econômica, entre outras. Assim, ao utilizarmos a palavra podemos nos referir tanto especificamente às pessoas com deficiência quanto a atitudes de inclusão que se referem a outras situações observadas em nossa sociedade. O discurso sobre a inclusão de pessoas com deficiência tem mudado no decorrer dos tempos em função de determinadas transformações sociais, culturais e econômicas.

AS LEIS QUE REGEM A INCLUSÃO ESCOLAR

Apesar de ser lei a inclusão escolar tem encontrado muitas barreiras para se estabelecer de fato como manda a lei, as escolas tiveram um prazo para se adaptarem, mas poucas estão dentro dos padrões de uma escola inclusiva, falta acessibilidades, falta material didático adequado, faltam professores capacitados e falta a boa vontade dos órgãos públicos de adequar as escolas para receber esses alunos especiais. O professor é obrigado a ensinar essas crianças sem preparação, com salas quentes e lotadas, sem material de apoio e muitas vezes com mais de um aluno especial por sala.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

As leis existem e são bem claras em relação a inclusão escolar, a LDB juntamente com as DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) deixa bem claro o que deve ser feito para que a inclusão aconteça de fato.

Segundo as diretrizes e bases da educação nacional em seu capítulo V da redação especial artigo 58 fala que: Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com algum tipo de deficiência.

Segundo a Política Nacional de integração da pessoa com Deficiência (Lei nº 7.853/89), é dever do Estado ou poder Público prestar assistência aos cidadãos com algum tipo de deficiência, de forma a garantir-lhes os direitos básicos: saúde, educação, assistência social, trabalho e emprego, lazer, cultura, turismo, esporte, acessibilidade e transporte.

Segundo a UNESCO, 1994, o direito à educação é um direito constitucional e a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado e garante a educação no ensino regular de todas as crianças e jovens independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras.

As crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem se matricular de acordo com sua idade, na escola mais próxima de sua residência. A escola não pode recusar a matrícula em razão da deficiência, nem exigir laudos médicos como condição pra essa matrícula. A escola deve garantir ao aluno, condições para a permanência e o sucesso escolar através do atendimento educacional especializado, adicional à sala de aula.

De acordo com o MEC/SEESP, 2001 a política de Educação Especializada na perspectiva da educação inclusiva define o atendimento Educacional Especializado como um atendimento não substitutivo à educação regular, que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

O direito ao lazer, à cultura, ao turismo e ao esporte não é menos importante que o direito à saúde e à educação. Na realidade, todos os direitos guardam uma estreita inter-relação e tem a mesma importância.

As leis foram criadas, agora resta o poder público coloca-las em pratica reformando as escolas e adaptando as mesmas para que recebam esses alunos especiais como lhes é de direito, com uma estrutura adequada, com professores capacitados, com material de apoio e que uma nova ética e um novo olhar sobre essas pessoas tão carentes de carinho, atenção, amor e respeito seja a chave para que tudo isso dê certo e a inclusão possa realmente acontecer.

A INCLUSÃO QUE TRANSFORMA

A inclusão é algo que se faz em conjunto, a escola para garantir uma educação de qualidade para todos precisa fortalecer a formação dos professores e ter uma parceria com as famílias de seus alunos especiais e uma boa relação com todo corpo docente e administrativo de forma a atuar como um só grupo em prol da qualidade do ensino e dos bons resultados.

Daniela Alonso apud Mendes (2012) entende que:

Além de ser um direito, a Educação inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Incentiva uma pedagogia não homogeneizada e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deveria espalhar a diversidade humana, não esconde-la. Claro que isso gera novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais para a convivência democrática. O resultado final desfocado pela miopia de alguns, é uma educação melhor para todos.

A educação inclusiva de um modo geral abre as portas das escolas da rede regular e recebe aqueles que até então eram excluídos dessa modalidade de ensino, dando lhes a oportunidade de se relacionar, conviver e aprender junto de todos os alunos sejam eles normais, deficientes, negros, brancos, pardos etc. Com a inclusão os muros de isolamento são derrubados e a sociedade tem a oportunidade de conviver e conhecer aqueles alunos que antes viviam escondidos, isolados e muitas vezes desamparados tanto pelas famílias por não ter condição de lhes dar atendimento adequado como pelo Estado por não ter a obrigatoriedade de atendê-los.

De acordo com a Organização das Nações Unidas, 1948 durante muitos anos, determinadas deficiências foram consideradas praticamente sinônimo de castigo. No período da inquisição e posteriormente, na reforma protestante, as pessoas com deficiência eram tratadas como uma personificação do mal. Com o decorrer das décadas e com os avanços da medicina, novos conceitos foram sendo construídos em relação a tais pessoas.

Estudos e pesquisas, devido ao desenvolvimento científico, mostraram as razões e as origens das diversas deficiências humanas e que estas não estavam relacionadas e não eram o mal. Começaram, então, a surgir as primeiras práticas sociais voltadas para um maior cuidado com essas pessoas. Entretanto, o que acontecia tanto na Europa, quanto no Brasil, no período Imperial era apenas a institucionalização da deficiência, ou seja, as pessoas com deficiências ficavam em sua residência, sendo assim encontravam-se enclausuradas e estavam, portanto, excluídas da participação social mais ampla. Este modelo de institucionalização permaneceu até meados da década de 50 do século XX. Nesse período houve algumas mudanças no que se refere aos movimentos sociais. Um dos principais acontecimentos, em 1948, a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela assembleia geral das Nações Unidas, na qual em seu artigo 1º, se reconheceu que “todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos” De um modo geral, essa declaração assegurou às pessoas, pelo menos no papel, os direitos à liberdade, à educação e ao convívio social.

Foi a partir do século passado que se iniciou uma intensa movimentação mundial em defesa dos direitos das minorias (ou majorias), pautadas principalmente nos direitos humanos.

A discussão sobre educação inclusiva envolve a relação exclusão e inclusão que ganha tonalidades diferentes e altera as políticas sociais, impondo uma nova ética e um novo olhar sobre essas pessoas tão carentes de carinho, atenção, amor e respeito.

FIGUEIRA (2016) em sua palestra biográfica fala o quanto sofreu sendo deficiente em sua época, pois viveu em um tempo em que os deficientes eram totalmente excluídos de tudo e de todos, ele passou muito tempo se reabilitando na AACD, pois teve paralisia no parto o que afetou sua coordenação e sua fala, lá ele não podia ter contato com ninguém ficava dias e dias isolado dentro da instituição e mesmo na rua não podia ter contato com ninguém, nem estudar em escola comum.

No início dos anos 80 as coisas começaram a mudar com o movimento das pessoas com deficiências no Brasil e tudo foi melhorando e quebrando as barreiras houve o que ele chama de integração dos alunos com deficiência e os alunos normais, para ele a inclusão é um novo modelo porque retira o caráter médico da deficiência que até então era tratado como um problema de saúde, problema médico, só para reabilitação e passou a ser um conceito social.

Em sua concepção a família precisa estar de mãos dadas com a escola, para ele educação inclusiva é uma flor que nasce entre as rochas, é o amor vencendo barreiras, porque para ele mais do que teoria, mais do que lei, mas do que obrigação à educação é feita pelo o amor, o amor é o ato de o professor receber o aluno. Para ele cada desafio nos leva a buscar mais, a conhecer mais, a querer mais, pois incluir é amar, incluir é acreditar e buscar conhecimento.

Figueira afirma que passou parte da sua vida em uma escola especial totalmente segregada e só quando foi pra uma escola comum que realmente desenvolveu, deslanchou e teve progresso hoje com cinco graduações e dois doutorados é ator e autor de teatro, conferencista e é também a prova viva de que a inclusão funciona. As dificuldades encontradas e enfrentadas por alunos especiais em escolas regulares não são poucas, mas essa convivência lhes dar a oportunidade de aprender de maneira ampla e integrada aos alunos normais, ter experiências variadas conhecer pessoas diferentes, descobrir brincadeiras, na escola regular abre-se um leque de novas oportunidades de vivencias, afetividades que nem sempre serão favoráveis e de seu agrado, mas que faz parte da vida de todo mundo.

Segundo Paim (2015) o Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei Brasileira de Inclusão) é um dos mais importantes instrumentos de emancipação social dessa parcela da sociedade. Foram 15 anos de tramitação, 1500 encontros: audiências públicas, seminários, consultas, conferencias nacionais e regionais, com ampla participação de entidades, e do movimento de pessoas com deficiência.

Segundo o capítulo IV do estatuto da pessoa com deficiência que fala do direito a educação diz que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligencia e discriminação.

Infelizmente nem tudo que estar na lei e que levou tanto tempo para ser construído ainda não é colocado em pratica, ainda existem escolas fechando as portas para alunos deficientes, ainda existem deficientes isolados,

segregados sem poder exigir seus direitos assegurados pelas leis, ainda existem professores sem capacitação tentando incluir alunos especiais nas classes regulares, ainda existe cadeirantes sem poder entrar na escola ou na sala porque a cadeira não passa na porta.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para a realização deste trabalho fizemos uso de pesquisa bibliográfica da temática em análise em material impresso e internet na busca pela identificação de diferentes métodos científicos com objetivo de escolher aquele que melhor se adequasse ao estudo proposto.

Pesquisa implica em produzir novos conhecimentos a partir de uma determinada realidade, fato, ou fenômeno social. E os trajetos a serem percorridos pelo pesquisador em busca da compreensão desses fenômenos são chamados de caminhos, instrumentos usados para se fazer ciência (DEMO, 1995 *apud* MELO, 2011).

DISCURSÕES A CERCA DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES NO AMBIENTE ESCOLAR.

A inclusão escolar está diretamente relacionada com as ações pedagógicas, culturais e sociais, essas ações juntas tornam possível a interação de crianças com deficiência junto de crianças sem deficiência, convivendo no mesmo ambiente escolar, aprendendo e respeitando as diferenças. É tudo muito bonito quando nos referimos a teorias e ao que deve acontecer na inclusão, mas quando partimos para a prática percebe-se que existe muita coisa a ser melhorada e adaptada.

Muitas escolas foram construídas para uma sociedade cheia de barreiras e de preconceitos o que dificulta fazer as adequações necessárias e infelizmente em muitos casos são essas escolas que estão recebendo alunos especiais e se dizendo escola inclusiva. O educando é incluído sem as adaptações necessárias, tem aulas sem materiais de apoio e por professores muitas vezes leigos na área de educação especial. A formação dos professores tem que acontecer por vontade deles mesmos e isso requer investimento, investimento esse que quase sempre o professor não tem para custear um curso ou mesmo uma pós-graduação na área da inclusão. E por esses motivos o que se ver acontecer é simplesmente um faz de contas. As escolas fingem ser inclusivas e o os alunos fingem ser bem atendido.

Em alguns casos observados o aluno fica na sala como enfeite, sem interagir, nem participar da aula e não é porque a professora não tenha boa vontade, mas sim porque ela simplesmente não sabe como proceder com aquele aluno, não sabe como conciliar os assuntos dos outros com ele dependendo da deficiência fica quase impossível o professor dar conta de dar atenção para todos na sala e ainda dar uma atenção especial para aquele aluno especial que está ali querendo ser inserido naquela aula de um jeito ou de outro.

São muitos os motivos que dificultam o trabalho dos professores quando a questão é incluir os especiais uma delas é a falta de recursos disponíveis na escola nem toda escola tem material adequado para trabalhar com educandos especiais e nem todos os especiais conseguem se adequar aos materiais comuns dos outros alunos o que dificulta a aprendizagem e também o trabalho do professor. A gestão da escola dificilmente se envolve com esses alunos a partir do momento em que um professor recebe um aluno especial esse problema passa a ser do professor e ele tem que dar conta de todas as necessidades desse aluno porque é uma responsabilidade dele, dificilmente o corpo administrativo da escola vai se envolver em qualquer coisa relacionada a esse aluno.

Uma outra dificuldade é a mãe que mimar demais o filho com deficiência, geralmente as mães com filhos especiais tem o hábito de mimar-los de mais por acharem que eles precisam dela para tudo, com isso o aluno chega na escola cheio de manias, só faz o que e na hora que quer porque não está acostumado a receber ordens e a obedecer ao que cria uma barreira para o professor. Quando ele começa a estudar cria-se na sala de aula uma rotina de tarefas e esse aluno especial chega querendo apenas brincar resistindo aos conteúdos didáticos o que torna o processo de adaptação um pouco complexo.

As escolas mesmo recebendo um número considerado de educandos especiais ela não vai se adaptar as necessidades deles até porque não depende da gestão da escola e sim da secretaria de educação, os horários muitas vezes não vão ser adequados pelo fato da escola não ter uma sala de AEE para receber esses alunos e nem espaço adequado para fazer atividades diferenciadas, então o professor se vê obrigado a criar um espaço dentro da sala de aula para que esse educando permaneça na escola. Um desafio enfrentado pela maioria dos professores de escolas públicas, mas também não são todas as escolas, sempre há algumas exceções.

As escolas que não dispõem de salas de AEE são as mais prejudicadas, pelo simples fato de que quando a escola tem a sala de AEE o professor daquela escola tem um suporte e uma sala de apoio que podem recorrer

quando necessário, sem contar que o professor do AEE tem capacitação todas as sextas feiras e matérias adequados para vários tipos de deficiências e quando não tem as matérias eles mesmo os produzem, pois, o dia de capacitação é também para produzir material.

Não se pode generalizar e dizer que todas as escolas sentem essas dificuldades, mas sim a maioria porque poucas foram reformadas ou receberam sala de AEE. Nem todas têm salas amplas e confortáveis, nem todas têm ventilação adequada e muitas estão em situação precária. De maneiras que dificuldades enfrentadas são muitas, mas isso não quer dizer que esses alunos estão sem atendimentos, estão sem atendimento adequado, mas de uma forma ou de outra estão sendo inseridos e atendidos. Não se pode dizer que é da melhor forma possível e que é de acordo com as leis estabelecidas, mas já é alguma coisa. É um passo pequeno em direção da verdadeira inclusão, mas já é uma grande vitória para essas tão excluídas pela sociedade, vistas com indiferença tratadas com desigualdade e em alguns casos humilhadas por sua condição. Ninguém pede para nascer deficiente, ninguém vive com deficiência por querer ou porque goste o que falta é sociedade entender isso e aceitar que todos somos seres humanos independente da necessidade ou deficiência de cada um.

CONCLUSÃO

A inclusão é uma luta não somente da pessoa com deficiência, mas também da família que busca melhorias de vida para seus familiares que batalha para que eles sejam aceitos e entendidos pela sociedade em que vivem e assim consigam viver melhor e adequadamente, sem medos e sem a necessidade de viverem isolados de tudo e de todos.

Portanto para que a inclusão aconteça, serão necessárias muitas mudanças nas políticas e práticas pedagógicas, assim também como na mentalidade dos governantes que precisam enxergar as necessidades das escolas e dos educandos principalmente aqueles chamados de especiais, pois são especiais porque se encontram especialmente necessitados de assistência, de um olhar acolhedor, de chances e igualdades assim como todo educando.

É preciso investir em tecnologias, em capacitação, em melhorias na estrutura física das escolas, na sensibilização dos profissionais da área da educação, a inclusão não é apenas um nome e sim ações que por sua vez vão transformar a vida de cada educando que precisa de educação especial, o acolhimento dessas crianças precisa ser feito de forma

prazerosa, para que eles possam sentir que estão sendo bem recebidos, sem preconceitos nem pena, mas com a mor e carinho.

Dessa forma conclui-se que a inclusão além de ser uma prática pedagógica e social também é a maneira como essas pessoas são aceitas e atendidas, não se pode incluir sem aceitar e para incluir também necessita conhecer as necessidades e capacidades de cada um, suas limitações e dificuldades, suas expectativas, sonhos e realidade, seu convívio familiar e tantas outras coisas que se fazem necessário para que aconteça de fato uma inclusão com responsabilidade e competência.

Entende-se que a escola inclusiva é de fundamental importância não só para os alunos com deficiência, mas também para todos os alunos. Visto que na medida em que a escola proporciona a todos seus alunos à oportunidade de conviver com a diversidade e com as diferenças, está preparando os alunos para a vida em sociedade. Deste modo o processo de inclusão acontece a partir do momento em que se dá condições de estrutura física, suporte de serviços psicopedagógicos, serviços técnicos e administrativos e etc. que interagem e dão sustentação ao processo que se desencadeia na sala de aula.

Ações essas que serão de total importância para que a educação inclusiva aconteça de fato, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

REFERÊNCIAS

Brasil. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Inclusiva / Ministério da Educação, secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014. 96 p.

DIAS, Félix et al. Educação Inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009.

FIGUEIRA, Emílio. Educação Inclusiva: Flores que nascem entre rochas. Palestra biográfica. São Paulo. 2016. Disponível em: <<http://educacaoinclusivaemfoco.com.br/educacao-inclusiva-flores-que-nascem-entre-rochas/>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

LDB. LEI Nº 9.394, De 20 de Dezembro de 1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2016.



Mantoan, Maria Teresa Eglér. **Inclusão promove a justiça, Revista Nova Escola.** Disponível em: <http://novaescola.org.br/formacao/maria-teresa-egler-mantoan-424431.shtml>. Acesso em: 25 de jun. 2016.

Melo, Gardênia Lúcia Val de. Pessoas com deficiências: conquistando direitos, construindo cidadania –Teresina : SEID, 2009.

PNE (Plano Nacional de Educação) 2014/2024. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 09 jun.2016.

Paim, Paulo. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão N° 13.146 de 06 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.senadorpaim.com.br/uploads/downloads/arquivos/daed457c4a7524302b56e700fa609419.pdf> . Acesso em: 09 de jun. 2016.